
SABERES ANTROPOLÓGICOS E PRÁTICAS COLONIAIS EM PORTUGAL ENTRE 1933 E 1974

Pablo Barbosa
Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS-Paris)
pantunhabarbosa@yahoo.fr

RESUMO: A institucionalização do Estado Novo Português, em 1933, possibilitou, por um lado, que as técnicas etnográficas fossem reapropriadas pelos funcionários coloniais e, por outro, que o saber etnológico, como instrumento político, colaborasse na gestão das populações indígenas. Partindo de uma reflexão sobre a obra antropológica de Jorge Dias, este estudo procura analisar, em primeiro lugar, as convergências entre racionalidade científica e racionalidade administrativa dentro de um contexto colonial e em segundo lugar, estudar de que forma o saber antropológico conhece um duplo movimento de instrumentação e de legitimação dentro do universo político português entre 1933 e 1974.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia no Portugal, colonialismo, Estado Novo, Jorge Dias.

ABSTRACT: The creation of the new Portuguese State, in 1933, allowed ethnographic techniques to be appropriated by the colonial officials and that the ethnological knowledge to be instrumental in the administration of the indigenous populations. From a reflection of Jorge Dias's anthropological work, this study tries to analyze, first of all, the convergences of scientific and administrative rationality within a colonial context, and, secondly, to analyze how the anthropological knowledge becomes acquainted with a double movement of instrumentation and legitimation inside the political Portuguese universe between 1933 and 1974.

KEYWORDS: anthropology of Portugal, colonialism, New Portuguese State, Jorge Dias.

Introdução

Sabe, no fundo eu sou um sentimental. Todos nós herdamos no sangue lusitano uma boa dosagem de lirismo. Mesmo quando minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar e trucidar, meu coração fecha os olhos e sinceramente chora (Chico Buarque de Hollanda e Ruy Guerra, Fado Tropical).

A emergência dos primeiros movimentos anticoloniais na África, a partir dos anos cinquenta, deu origem a novas perspectivas epistemológicas dentro das ciências sociais. A consequência dessas novas tendências metodológicas, que investiram na interpretação da produção científica a partir de um contexto político dado, foi a possibilidade de novas formas de reflexão sobre as relações estabelecidas entre os saberes antropológicos e as práticas de gestão de populações dentro de um contexto colonial e póscolonial. Entretanto, em Portugal, esse tipo de experiência antropológica, crítica e reflexiva, só começa a ser desenvolvido a partir dos anos 1980, logo após a independência das primeiras colônias portuguesas na África. Ao contrário do que ocorreu na França, onde o questionamento do conhecimento africanista foi, antes de tudo, fruto de movimentos internos ao campo científico, é possível observar que, no caso específico de Portugal, foram principalmente as mudanças políticas que modificaram as estruturas científicas (Gallo, 1988; Maino, 2005). Deste modo, a ruptura sóciopolítica introduzida pela Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974) incentivou um processo de reestruturação dos paradigmas científicos em Portugal.

É nesse sentido, que este trabalho procura compreender de que forma se articularam o colonialismo português e o campo antropológico em Portugal¹ durante todo o período do Estado Novo (1933-1974). Partindo de um estudo histórico e compreensível das teorias antropológicas que circularam em Portugal desde o final do século XIX, este estudo procurará abordar de que maneira essas teorias foram instrumentalizadas e legitimaram a dinâmica nacionalista e colonialista do Estado Novo português². Nota-se nesse período, uma circulação de teorias antropológicas que possibilitaram que a administração portuguesa pensasse a nação e o império simultaneamente e em termos similares. Mesmo que a antropologia em Portugal tenha se estabelecido dentro de um marco nacionalista, que procurava construir sua identidade partindo de uma reflexão sobre a “ruralidade” e as teorias “lusitanas³”, é, todavia, difícil distinguir no contexto colonial português, uma *nation building anthropology* e uma *empire building anthropology*, como sugere G. Stocking em seu artigo de 1982.

¹ Para não considerar a antropologia portuguesa como uma corrente homogênea e específica, optei, seguindo Pina Cabral (1991) e Ribeiro Thomaz (2002), por empregar “antropologia em Portugal” no lugar de “antropologia portuguesa”.

² Neste estudo não abordarei os trabalhos antropológicos que criticaram o “Estado Novo” português, no entanto, diversos trabalhos críticos foram produzidos, **os quais** mereceriam uma análise mais sistemática.

³ As teses lusitanas começam a ser desenvolvidas em Portugal a partir dos anos 1870. Intimamente relacionadas aos trabalhos arqueológicos, essas teses procuravam construir uma “etnogenealogia” do povo português. A partir de dados pré-históricos se postulava uma continuidade entre lusitanos e portugueses contemporâneos.

Seguindo esta direção, esse estudo pretende compreender a singularidade da disciplina antropológica em Portugal, sobretudo após o golpe de estado de 1926, se comparada a outros centros europeus como a França e a Inglaterra. Compreender de que forma, a partir de um contexto de nacionalismo crescente, discutir a idéia de nação era o mesmo que discutir a noção de império colonial. Logo após uma efetiva colonização administrativa e territorial a metrópole ocupa “cientificamente” as colônias com o objetivo de “melhor conhecer, para melhor dominar” (Pereira, 1998: 19). Assim, podemos observar de que forma se deu a implementação de uma rede de instituições de pesquisa e de dispositivos legais que tinham como objetivo administrar e objetivar a diferença e assimilar simbolicamente o “outro”.

Partindo da ambigüidade que a obra de Jorge Dias proporciona para os intelectuais portugueses contemporâneos⁴, tentarei arquitetar uma reflexão em torno da relação que esse antropólogo estabeleceu com o Estado Novo. Em primeiro lugar, discorrendo sobre as inovações epistemológicas por ele introduzidas em Portugal e, por outro lado, tentando descobrir qual foi a influência das teorias “lusitanistas” e “luso-tropicalistas” dentro de sua obra. Profundamente inspirado por essas teorias “genéticas⁵”, ele determina uma psicologia fixa do povo português e legitima a empresa colonial metropolitana nos territórios ultramarinos (Moutinho, 1982; Leal, 2000, 2001; Ribeiro Thomaz, 2002).

Sem nenhuma pretensão de denunciar a prática antropológica, este trabalho concluirá com uma consideração mais abrangente sobre as relações entre poder/saber. O objetivo desta última parte consiste em analisar a lógica que permite uma aproximação entre figuras importantes do universo acadêmico português e figuras da elite colonial. Para entender como se edificou um saber de Estado em um contexto nacionalista e imperialista, será necessário, seguindo Benoit de L’Estoile (2002), explorar, por um lado, a convergência entre “racionalidade científica” e “racionalidade administrativa” e por outro a convergência entre “instrumentação” e “legitimação” de uma saber na institucionalização de uma prática de

⁴ Para abordar a ambigüidade da obra de Jorge Dias, basta observar a quantidade de trabalhos que têm se dedicado a analisar sua obra e seu papel como antropólogo do Estado Novo. Ver Moutinho (1982), João Leal (2000, 2001), Ribeiro Thomaz (2002), West (2004). Mesmo que encontremos um grande número de trabalhos que procuram criticar de certa forma a obra de Dias, relacionando-o ao período colonial, podemos, no entanto, encontrar outros trabalhos que sublinham a importância de Dias, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, para a antropologia em Portugal. Segundo o colega de Dias, Ernesto de Veiga Oliveira, « a ação pioneira de Jorge Dias, no que diz respeito à investigação etnológica, não se limitou a sua actividade exemplar, como investigador e professor [...]: para lá do seu caso pessoal, é à sua acção que se fica devendo a criação das condições objectivas essenciais que deveriam assegurar a consistência, continuidade e unidade daquela investigação [...] ». Para Veiga de Oliveira, o papel mais importante de Dias foi o de criar condições sociológicas para que a disciplina se institucionalizasse dentro de Centros de Investigação de Etnologia e de Antropologia Cultural (Oliveira, 1972 in West, 2004 : 143).

⁵ Entende-se por « genético » a idéia de que essas teorias postulam uma visão de continuidade biológica entre grupos socialmente e historicamente distintos.

gestão de populações. Nesse sentido, parece oportuno valer-se da noção weberiana de “dominação racional” como sendo o elemento contemporâneo de poder do Estado moderno (L’Estoile, 2002).

A antropologia em Portugal: entre nação e império

É possível considerar alguns elementos importantes que determinaram a produção de “saberes” em Portugal durante o século XX. Em primeiro lugar, Portugal era considerado como um país que se encontrava em situação periférica e marginal se comparado a outras nações europeias⁶ (Ribeiro Thomaz, 2002) e, em segundo lugar, um país que viveu longo período do século XX sob um regime autoritário (1926-1974). Assim, estabeleceu-se aí uma percepção “desterritorializada da nação” onde o regime encontrava “espaços vazios para elaborar uma comunidade imaginada que não englobasse apenas Portugal e seus arquipélagos contíguos, mas também os territórios coloniais africanos e asiáticos, ou mesmo as comunidades de emigrantes espalhadas nos quatro cantos do mundo” (Ribeiro Thomaz, 2002: 96).

Se considerarmos as imbricações entre a antropologia e colonialismo é possível refletir sobre o exemplo português e discorrer sobre como o regime autoritário concorreu para incorporar simbolicamente e institucionalmente os territórios ultramarinos dentro da nação. A concentração de poderes nas mãos de Antonio de Oliveira Salazar e a institucionalização do Estado Novo, após a promulgação da Constituição de 1933, criam novas formas de saber e de práticas que reformulam a realidade nacional, identitária e colonial portuguesa. Dada a superposição de categorias nacionais decorrentes da aplicação do Ato Colonial de 1930⁷, é possível imaginar que tipo de debate se estabeleceu na metrópole em relação aos territórios ultramarinos. A antropologia em Portugal se constrói no final do século XIX como uma disciplina guiada pela construção da nação retomando certos aspectos da cultura popular e rural para afirmar uma identidade e uma psicologia essencialmente portuguesas. No entanto, durante o Estado Novo, é difícil ater-se unicamente ao caráter nacionalista do Estado, pois a construção da nação supunha antes de tudo uma representação em torno do império. Nesta

⁶ A ideia de situação periférica e de atraso intelectual é interessante, pois ela nos permite ver de que forma esse sentimento de “decadência” foi muitas vezes expresso pela própria *intelligentsia* portuguesa. Esse sentimento pode ser resumido pela fórmula seguinte: “Somos pequenos, mas já fomos grandes”.

⁷ Segundo Fernando Rosas, o “ato colonial define o quadro jurídico-institucional geral de uma nova política para os territórios sob dominação portuguesa. Dentro da opção colonial global do estado português, abre-se uma fase ‘imperial’, nacionalista e centralizadora, fruto de uma nova conjuntura externa e interna e traduzida numa diferente orientação geral para o aproveitamento das colônias” (Rosas, 1994 in Ribeiro Thomaz, 2002: 100).

perspectiva, é preferível repensar a distinção estabelecida por Stocking (1982) entre *nation building anthropology* e *empire building anthropology*. Como chama a atenção Ribeiro Thomaz (2002: 96-97), “*nos limites impostos por uma ditadura, podemos observar um esforço razoável que perpassa diferentes campos de saber e que procura debater uma realidade imperial que se quer a tradução da nação*”. Partindo do campo da antropologia em Portugal percebe-se um caráter novo e um princípio específico dentro do qual as noções de nação e de império se sobrepõem a partir de um mesmo eixo⁸.

Mesmo que a antropologia em Portugal tenha sido durante muito tempo marginalizada por outros centros europeus, podemos, todavia, observar que ela conheceu uma história e uma dinâmica própria, ambas inseridas, num contexto de circulação de idéias mais vasto e determinadas por uma conjuntura política e ideológica interna. Assim, é fundamental que se entenda quais foram as estratégias científicas e políticas elaboradas pelo Estado Novo a partir do ano de 1933.

Seguindo as disposições da Conferência de Berlin de 1885⁹, Portugal promove uma primeira etapa de colonização territorial, econômica e administrativa. Por um lado, rompendo com o modelo mercantilista, a metrópole aposta na criação de um mercado integrado às colônias que não deveriam somente produzir matéria prima, mas também consumir produtos manufaturados. Para isso seria necessário criar infra-estruturas e canalizar a migração portuguesa na África. Nesse sentido e, a fim de dispor de uma administração eficaz, nota-se que o governo português investe na formação de agentes qualificados e especializados, tanto portugueses como africanos (Maino, 2005:178). Por outro lado, baseando-se em certas disciplinas tidas como científicas, como a antropologia física, o Estado assume meios para reforçar a mobilização da mão-de-obra indígena.

⁸ Essa questão relativa à sobreposição entre “império” e nação” é de extrema importância. Segunda Hannah Arendt (1990), o império transcontinental e o reconhecimento multicultural são incompatíveis com as instituições nacionais. A nacionalização do império cria uma crise no interior do espaço nacional.

⁹ A Conferência de Berlin (1884-1885) foi organizada a pedido de Bismark e reuniu as potências européias e os Estados Unidos. Foi durante essa Conferência que as potências coloniais dividiram o continente africano e liberaram todo tipo de comércio no interior do continente sobretudo, na bacia do Rio Congo. Segundo Bismark, num discurso pronunciado durante a abertura da Conferência, no dia 15 de Novembro de 1884, “*Chamando essa Conferência, o Governo Imperial foi guiado pela convicção que todos os Governos convidados partilham o desejo de associar os indígenas da África à civilização abrindo o interior deste continente ao comércio, e fornecendo a seus habitantes os meios para se instruírem, e encorajando as missões e as empresas de modo a propagar os conhecimentos úteis e para preparar o fim da escravatura, sobretudo o tráfico negreiro, cuja abolição gradual já foi proclamada no Congresso de Viena em 1815, como um dever sagrado de todas as potências. O interesse que leva todas as nações civilizadas ao desenvolvimento material da África assume uma cooperação e o objetivo de regulamentar as relações comerciais com esta parte do mundo [...]*” (Protocolos et Acte General de la Conférence de Berlin, 1884-1885, p. 4, tradução do autor).

Para ilustrar melhor esse crescente investimento científico citaremos como exemplo o texto “O Sol e a Alimentação dos Negros”, apresentado por Pires de Lima no 1º Congresso de Etnologia e Folclore de Braga de 1956 e publicado em 1963. Ao retratar o trabalho realizado por trabalhadores moçambicanos o autor descreve quão perplexo ficou ao ver a quantidade de alimento que esses obreiros recebiam por dia de intenso trabalho.

O serviço normal desses carregadores era transportar, cada dia, uma carga de trinta quilogramas a uma distância de trinta quilômetros, o que não se pode chamar um trabalho leve (in Moutinho, 1982: 430).

Para realizar esse trabalho, os carregadores se alimentavam de apenas um punhado de arroz diário. Após descrever de que maneira o trabalho é organizado, o autor afirma que nos trópicos a alimentação pode ser inferior àquela de países temperados. Não obstante, ele particulariza a “raça negra” e acrescenta que a alimentação pode ser ainda menor para a “raça negra” que tem “sua pele revestida por uma espessa camada de melanina”. Em seguida, o autor faz uma comparação entre a clorofila e a melanina e declara que esta última também é capaz de transformar luz em energia química. Seguindo esse raciocínio, o autor procura comprovar que os “carregadores indígenas possam desenvolver um trabalho considerável, apesar de uma alimentação que seria insuficientíssima para um branco nas mesmas condições” (*ibid*: 431). O autor termina propondo um modelo experimental, segundo ele “inatacável”, que legitima o emprego do homem negro como mão-de-obra.

Eu proporia esta experiência: dividir em dois grupos uma certa quantidade de trabalhadores negros submetidos ao mesmo esforço, e alimentados precisamente da mesma maneira, com a ração habitual de arroz. Os de um grupo deixar-se-iam andar nus, apenas com o pano, como é usual; os outros andariam completamente vestidos de branco, de modo a apanharem o mínimo de Sol. Ao fim de algum tempo, verificar-se-ia o comportamento de cada grupo, inclusivamente a variação de peso (citado por Moutinho, 1982: 431-432).

Esse exemplo ilustra de maneira clara como num primeiro momento o saber antropológico serviu de base científica para os projetos políticos e econômicos de gestão da mão-de-obra indígenas das colônias. Foi apenas nos anos 1930/1940 que a hegemonia da antropologia física¹⁰ começa a ser questionada e que novas missões de antropologia cultural iniciam-se nas colônias. Porém, mesmo que algumas diretrizes tenham sido formuladas neste

¹⁰ No espaço acadêmico português a primeira cadeira de antropologia foi criada em 1885 na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra. Essa disciplina era destinada, sobretudo a médicos e biólogos. No entanto, durante toda a primeira metade do século XX foram formados institutos e centros de pesquisas voltados para a antropologia física. Mendes Correa foi diretor do Instituto de Antropologia da Faculdade de Medicina do Porto (1914) e fundador da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (1918), entre outros.

sentido, foi somente após a Conferência de Bandung¹¹ de 1955, que se efetivaram novas perspectivas de questionamento do modelo colonial vigente até então (Maino, 2005: 187). A Conferência de Bandung e os movimentos anti-coloniais fazem com que as pesquisas em antropologia física sejam postas de lado. Nessa direção, o poder central metropolitano passa a investir principalmente em pesquisas relativas à situação contemporânea das colônias portuguesas.

Se tomarmos como exemplo o 1º Congresso de Antropologia Colonial de 1934 ou o Congresso Colonial de 1940, podemos observar que a participação antropológica se dirige na direção de uma maior atuação científica nos territórios ultramarinos. Esses intelectuais reivindicavam a possibilidade de realizar mais pesquisas de campo nas colônias com o objetivo de estudar as populações indígenas que representam o “império colonial” (Ribeiro Thomaz, 2002: 98). Porém, para melhor compreender a organização e a realização desses encontros é indispensável que levemos em consideração o contexto político e estatal assim como as condições sociais que possibilitaram que certos setores da cena política e cultural portuguesa se interessassem em produzir “saberes coloniais”.

A ocupação científica dos territórios ultramarinos

Num importante texto de 1929, “*Practical anthropology*”, Bronislaw Malinowski propõe um programa de racionalização da antropologia e da administração colonial e sugere uma possível afinidade entre racionalidade científica e racionalidade administrativa (L’Estoile, 2002: 61). Segundo Malinowski, para atingir melhores resultados na gestão e administração das populações indígenas, o administrador colonial deveria se apoiar nas ciências antropológicas. Após seu retorno das Ilhas Trobriand, Malinowski se esforçou em sensibilizar os futuros administradores coloniais aos métodos da etnografia e aos aspectos práticos da disciplina antropológica. A antropologia, segundo Malinowski, não deveria envolver-se numa procura hipotética de um possível passado histórico de uma sociedade. Ao contrário, ela deveria esforçar-se em compreender os processos históricos contemporâneos de contato entre sociedades (Pereira, 1998: xix). Para Malinowski, o conhecimento do passado não passava de uma busca gratuita: o administrador colonial, relacionando-se com homens, deveria antes de tudo, interessar-se pelo presente e pelo futuro. A transposição de uma etnologia da História (evolucionismo) para uma etnologia social (funcionalismo) caracterizou o

¹¹ A Conferência de Bandung foi realizada em 1955 na Indonésia. Nessa reunião, que ficou conhecida como “cooperação econômica e cultural afro-asiático”, estavam reunidas 29 nações desses dois continentes. Foi um dos primeiros encontros onde se manifestaram formas de oposição ao colonialismo e ao imperialismo norte americano e soviético e onde foram elaborados os primeiros princípios de “não alinhamento”.

desenvolvimento da prática antropológica e do sistema colonial a partir dos anos 1920 e 1930. O “funcionalismo psicologista” de Malinowski (*ibid.*) tornava teoricamente possível a manipulação, prática e objetiva, do conceito de sociedade. Nesse sentido surge, no interior das grandes potências imperiais, uma antropologia social aplicada que solucionava em parte os interesses fundamentais da política colonial.

No final dos anos 1940, o Estado Novo promove uma série de congressos relativos a novos estudos a serem desenvolvidos e que serviriam a uma nova reflexão sobre o campo da política colonial portuguesa. Essa renovação do interesse científico pelo ultramar deve ser relacionada à emergência cultural de uma nova elite africana, tanto na metrópole quanto nas colônias (Maino, 2005: 187)¹². Em 1949 Orlando Ribeiro¹³ apresenta uma comunicação intitulada “Problemas da Investigação Científica Colonial”, na qual critica a falta de autonomia na investigação científica. Porém, Marcelo Caetano¹⁴, toma a palavra logo após a apresentação de Ribeiro e justifica o enquadramento institucional das pesquisas científicas em função dos objetivos políticos nacionais.

A investigação na metrópole pode viver no plano puramente desinteressado das Academias ou das Universidades, mas em África, não são só as Academias, não são só as Universidades que estão em causa. Orlando Ribeiro disse e é verdade: a ocupação científica do Ultramar representa para um país colonial uma obrigação. Representa por outro lado uma conveniência, que é a de firmar títulos de soberania. Os títulos de soberania no século passado assentaram na ocupação efectiva, nos tratados, nas convenções, nas sentenças arbitrais. Hoje os nossos títulos de soberania têm que ser reforçados pela ocupação científica. Quer dizer, a investigação científica colonial é um objetivo político de primeira grandeza a atingir pelo Estado e é por isso que o Ministério das Colônias está diretamente interessado [...]. No Ministério da Educação Nacional a investigação científica pode, na ordem das preocupações, ocupar o quarto, o quinto, o sexto lugar; no Ministério das Colônias trata-se de uma preocupação de primeiro plano (M. Caetano in Pereira, 1998: xx).

Logo após a ocupação administrativa, econômica e territorial era o momento de erguer as condições e os dispositivos necessários para a ocupação científica¹⁵. Assim, é

¹² Em 1951 é fundado em Lisboa o Centro de Estudos Africanos que tinha como objetivo revalorizar as culturas africanas e difundir conhecimentos sobre África. Esse grupo foi constituído pelos futuros dirigentes das lutas anti-coloniais (Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Modlane, Mario Pinto de Andrade, etc.).

¹³ Doutor em geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e pós-doutor em Paris (1937-1940). Ribeiro foi professor em Coimbra e depois em Lisboa. A partir do ano de 1948 ele leciona na Escola Superior Colonial (ESC) e torna-se conselheiro na Junta de Investigação de Ultramar

¹⁴ Marcelo Caetano (1906-1980): político conservador sob o regime de Salazar. Foi o último Primeiro Ministro do Estado Novo. Assume o cargo logo após a morte de Salazar em 1968. Durante boa parte do governo de Salazar, Marcelo Caetano foi Ministro das Colônias.

¹⁵ Ver o projeto de *Ocupação Científica do Ultramar Português. Plano elaborado pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais e o Parecer do Conselho do Império Colonial* (JIU).

possível observar como os agentes do estado dotaram o país de instituições responsáveis pela produção de um “saber colonial”. Porém, segundo Ribeiro Thomaz (2002: 103), aprisionar a produção intelectual portuguesa em torno de “*instituições solidamente estabelecidas oferece o risco de uma avaliação pouco precisa*”. Seguindo o autor, “*artigos de jornais e revistas e mesmo as conferências apresentadas em congressos nos primeiros anos do Estado Novo sugere que fazia parte da demanda dos intelectuais a constituição voltada para os imensos problemas postos pelo império*”. Observa-se nesse sentido que a reflexão colonial já era formulada no interior de diversos campos intelectuais, tais como a literatura e a história.

A Sociedade Portuguesa de Antropologia e de Etnologia declara numa circular de 1934, referindo-se ao 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial que,

*o conhecimento destas populações (das colônias) sob os seus aspectos biológicos, étnicos e sociais está necessariamente na base de qualquer plano racional de organização e aproveitamento das colônias. Assim, os assuntos de que vai ocupar-se o Congresso, revestem, além do seu grande interesse científico, uma alta importância nacional*¹⁶ (in Moutinho, 1982: 422).

Paralelamente, preconizou-se neste mesmo congresso a criação de centros de pesquisa nas principais províncias ultramarinas com o objetivo de produzir um conhecimento destinado simultaneamente a acadêmicos bem como aos colonos (Maino, 2005: 182). Reforçando claramente a posição política da etnologia em Portugal, os participantes do congresso votaram diferentes medidas a serem aplicadas: primeiramente, a obrigatoriedade do ensino da antropologia dentro da Escola Superior Colonial criada em 1906, assim como a preparação científica dos missionários. Em segundo lugar, que se criassem institutos de antropologia física e criminal nas províncias ultramarinas¹⁷. Em terceiro lugar, que no orçamento do Ministério das Colônias seja inscrita a verba para realização de campanhas científicas nas colônias. Enfim, que o governo participe no financiamento de pesquisas de campo nas colônias propostas por entidades administrativas, comerciais, militares, científicas e religiosas (*op.cit.*).

Dito de outra maneira, a institucionalização do Estado Novo possibilitou por um lado - sem que o campo da antropologia perca sua autonomia - que as técnicas etnográficas fossem reapropriadas pelos funcionários coloniais e por outro lado, que o saber etnológico – como instrumento político – colaborasse na objetivação e na gestão prática das populações

¹⁶ Trabalho apresentado no 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial de 1934.

¹⁷ Para uma descrição das instituições de pesquisa que foram criadas nas colônias ver o trabalho de René Pelissier, 1979.

indígenas. Ou seja, as pesquisas dessa época procuravam elaborar um argumentário pertinente sobre política ultramarina: para uso externo e interno.

Em 1936, as condições sociais de ocupação científica se solidificam com a criação da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (JMGIC) integrada ao Ministério das Colônias, logo após sua reforma orgânica. Esse instituto substitui a antiga Comissão Cartográfica fundada em 1883 que tinha como intuito coordenar as missões geográficas de delimitação das fronteiras dos territórios coloniais. Segundo Pereira (1998: xx), a JMGIC, entre sua data de criação e o ano de 1945, não foi capaz de cumprir com os objetivos que legalizaram sua reconversão. Para remediar isso Bacelar Bebiano é nomeado o novo presidente da Junta no lugar de Gago Coutinho e é encarregado pelo governo de proceder a uma reestruturação dos objetivos da instituição. Nesse mesmo ano de 1945, Bebiano já havia realizado um estudo de reestruturação em que priorizava novas pesquisas em geografia, hidrografia, geologia, botânica, zoologia e antropologia-etnologia. Para Bebiano,

Os estudos de antropologia física têm seu interesse, pois por eles se procuram estabelecer as características somáticas e as possibilidades físicas dos diferentes povos e tribos coloniais. A antropologia econômica, social e legal, etc., poderá auxiliar grandemente a administração das populações indígenas. A etnografia também surgirá como auxiliar útil destes estudos, como fonte preciosa de informações (Ocupação Científica do Ultramar Português. Plano Elaborado pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais e Parecer do Conselho do Império Colonial, 1945 in Pereira, 1998: xxi).

Esse plano de ocupação científica apresentado em 1945 nos permite levantar certas hipóteses sobre as imbricações entre o saber científico e as práticas coloniais. O texto de reestruturação da JMGIC, publicado pela Agência Geral das Colônias seguia-se de um “Projeto de Decreto-lei” e de um “Parecer do Conselho do Império Colonial”. Nota-se que num primeiro momento o Ministério das Colônias virou as costas para o processo de ocupação científica. Porém, por outro lado, o Conselho do Império Colonial manifestou-se a favor da manutenção da JMGIC no interior do Ministério das Colônias (*ibid.*). Assim, confrontaram-se duas posições divergentes frente à questão da ocupação científica nos territórios ultramarinos. Por um lado e em continuidade com a tendência da antiga Comissão Cartográfica, os que pensavam as colônias como laboratórios de pesquisa para as “ciências duras”, e por outro lado, aqueles que consideravam à questão colonial como sendo essencialmente um problema político e social. Esses últimos entendiam o desenvolvimento científico nas colônias como um instrumento indispensável para ampliar a influência metropolitana nos territórios de ultramar. O campo científico português, mesmo reconhecendo certa autonomia, foi julgado ao serviço do poder e, por esse motivo, a JMGIC

foi anexada ao Ministério das Colônias. O pragmatismo da ciência venceu o debate e determinou o espaço a ser ocupado por ela dentro da política colonial portuguesa.

Para que novos debates e agitações relativas ao modelo colonial a ser aplicado pelo Estado não surgissem, Marcelo Caetano, figura política central do Estado Novo, é nomeado ministro das Colônias (1944-1947) e reorganiza a JMGIC segundo os critérios propostos pelo Conselho do Império Colonial. Logo no primeiro artigo do decreto-lei que reorganiza a Junta estão dispostos os objetivos fundamentais da instituição. Primeiramente melhorar as condições econômicas e físicas dos indígenas das colônias e em seguida explorar eficientemente os recursos coloniais e enfim contribuir para um melhor conhecimento do mundo (*ibid.*). Essa enumeração das preocupações anunciadas por Marcelo Caetano introduz segundo Pereira uma inversão hierárquica em relação aos objetivos dispostos nos períodos precedentes. A “ciência pura” ou “desinteressada” é trocada por uma “ciência aplicada” preocupada com a institucionalização de novas práticas e políticas indigenistas. Segundo Pereira, “*aos propósitos ‘humanitários’ de melhoramento das condições de vida das populações indígenas, segue-se a crueza da expressão ‘explorar eficientemente’*” (*ibid.*).

Nessa perspectiva, a “questão indígena” assume um papel importante dentro das discussões políticas e intelectuais logo após a reformulação da JMGIC em 1945. Deste modo o antropólogo Mendes Correa¹⁸, que já possuía experiência de campo, é nomeado diretor da Junta de Investigações de Ultramar em 1946. A reforma mais importante introduzida por Mendes Correa foi justamente à criação de centros de pesquisa na metrópole, mas também nas colônias a partir de 1955. Como exemplo, podemos citar a criação em 1954 do Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar (CEEU) integrando a Escola Superior Colonial e colaborando com a Junta de Investigações Coloniais. Não obstante, esse centro interessou-se, sobretudo pela produção de estudos em antropobiologia realizados em países como Portugal, Angola, Moçambique, etc. Dos 87 estudos realizados e publicados pelo CEEU, 57 encaixavam-se no interior da antropobiologia.

Ora, como já lembramos anteriormente, o ano de 1955 marca uma etapa importante nas relações entre colonos e colonizados. O contexto político internacional marcado pela realização da Conferência de Bandung em 1955 abre novas perspectivas sobre a dominação

¹⁸ Segundo Ribeiro Thomaz (2002:106) Mendes Corrêa é “*considerado o primeiro antropólogo português, doutor em medicina pela Universidade do Porto, Mendes Corrêa destacou-se por desenvolver estudos que, partindo da antropologia física e da antropologia criminal, passam cada vez mais por um enfoque ora ‘etnopsicológico’, ora histórico e cultural, sem, contudo, abandonar jamais postulados da biologia*”. Segue ainda que “*na Exposição Colonial de 1934, professores e alunos, sob a coordenação de Mendes Corrêa, realizaram estudos antropométricos e inquéritos junto aos indígenas vindos das colônias africanas, da Índia, de Macau e do Timor. Os estudos realizados no Porto se mostrariam fundamentais para uma apreensão totalizadora dos povos que compunham o império colonial português*”.

colonial (Pereira, 1998; Maino, 2005). Nesse sentido a Escola Colonial se transforma no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU). Paralelamente a realização da Conferência de Bandung, a Junta de Investigações de Ultramar, dita novos princípios de investigações a serem seguidos e assim se instituiu em 1956 o Centro de Estudos Políticos e Sociais (CEPS). Segundo Pereira a criação desse centro tinha como objetivo “*promover o estudo dos fenômenos políticos e sociais verificados em comunidades formadas em territórios ultramarinos*” (Pereira, 1998: xxiv). Esse novo interesse científico pelo ultramar deve ser relacionado à emergência de novas elites intelectuais e políticas africanas que preocupam o regime colonial português. Adriano Moreira, ilustre professor do ISEU e legítimo representante de uma escola reformadora da situação colonial é nomeado presidente do CEPS e investe o saber antropológico de um papel prático na hora de programar as intervenções do poder político. Tentando adaptar-se à nova conjectura política internacional e à emergência dos movimentos anticoloniais, o CEPS institucionaliza por distintos decretos de 1957 três novas missões ultramarinas (*ibid.*: xv): em primeiro lugar a Missão de Estudos dos Movimentos Associativos na África, em segundo lugar a Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português e por último a Missão para o Estudo da Atração das Grandes Cidades e do Bem-Estar Rural no Ultramar Português.

Adriano Moreira conhecia muito bem a sociologia francesa, principalmente os trabalhos de Georges Balandier sobre o messianismo e o associativismo africano nas colônias francesas. Adriano Moreira, assim como outros pesquisadores portugueses, tal como Silva Cunha, estavam informados sobre o potencial subversivo e proto-nacionalista dos movimentos profético-messiânicos que começavam a emergir na África. Por esses motivos, os movimentos que começavam a germinar constituíam ao governo português uma grande ameaça¹⁹ (Pereira, 1998; Maino; 2005).

Com a criação da Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português (MEMEUP) em 1957, que foi confiada a Jorge Dias, expandiu-se a orientação ultramarina do campo antropológico e político português. Pode-se observar um crescente desenvolvimento relativo aos estudos sociais sobre as minorias étnicas das colônias portuguesas. Sem dúvida alguma, a contribuição mais importante dessa missão foi, justamente, a publicação em 1964 de *Os Macondes de Moçambique*, trabalho realizado por Jorge Dias e sua equipe de pesquisa (Margot Dias e Manuel Viegas Guerreiro). Mesmo que ao longo da missão em Moçambique as pesquisas de Jorge Dias, que estudaremos em seguida, demonstrem um interesse especialmente etnológico, sem nenhuma herança da antropologia física, podemos,

¹⁹ Podemos observar que os pesquisadores portugueses se esforçaram muito para desvalorizar os movimentos e as associações religiosas que surgiam nas colônias portuguesas. Alguns autores como Ivens-Ferraz Freitas definiram essas associações como sendo seitas religiosas de origem animista.

todavia tentar refletir sobre o contexto no qual ela foi produzida e refletir sobre as articulações que efetivamente existiram entre sua pesquisa e as preocupações institucionais de caracterização e de avaliação da situação política e social em que se encontravam então as colônias portuguesas.

Jorge Dias: do lusitano ao indígena

Partindo da ambigüidade que a obra de Jorge Dias apresenta no meio intelectual português, é possível estabelecer certas relações entre sua obra e o Estado Novo português. Mais do que uma obra pragmática ou aplicada, onde ele procura propor linhas políticas a serem seguidas pelo Estado, Jorge Dias foi, sobretudo, um intelectual influente em sua época capaz de construir um saber legitimador da ideologia colonialista portuguesa.

Jorge Dias compõe um caso singular dentro do campo antropológico em Portugal. Vinculado desde os anos 1950 à Escola Superior Colonial (que passa nos anos 1960 a ser o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina), Jorge Dias representa uma época em que a antropologia em Portugal se desvincula das teorias difusionistas e passa a se inspirar nos primeiros estudos culturalistas desenvolvidos nos Estados Unidos. Considerado como o renovador da antropologia em Portugal, Dias defende sua tese de doutorado na Universidade de Munique durante os terríveis anos da Segunda Guerra Mundial²⁰. Em 1947, através de Mendes Corrêa, então presidente da JMGIC, Jorge Dias retorna a Portugal e inicia um trabalho no Centro de Estudos de Etnografia Peninsular associado ao Instituto de Antropologia da Universidade de Porto (Ribeiro Thomaz, 2002:113). Durante os anos 1950, já influenciado pelas teorias culturalistas, sobretudo pela escola *Cultura e Personalidade*, Dias produz diversos trabalhos etnográficos sobre as comunidades campesinas portuguesas. Apenas em 1957, após ser convidado a dirigir a “Missões de Estudo das Minorias Étnicas do Ultramar Português” (MEMEUP) é que Dias e sua equipe começam a desenvolver pesquisas sobre as populações indígenas de África. É justamente a partir dessa época que os paradigmas teóricos da antropologia física começam a ser descartados das pesquisas da JIU (*ibid.*). No entanto, mesmo que Dias se esforçasse em revigorar a disciplina antropológica em Portugal, pode-se, contudo observar que boa parte do seu trabalho acadêmico estava voltado ao estudo das continuidades entre o “povo português”, os lusitanos e as populações do ultramar português. Mesmo tendo ele participado de diversos congressos realizados nos Estados Unidos e mantido fortes relações com

²⁰ Tese sobre o aldeamento de *Vilarinho de Furna*.

antropólogos importantes de sua época, é necessário enfatizar que suas pesquisas sobre o “caráter nacional português” demonstram um relativo atraso da disciplina antropológica em Portugal se comparado a outros centros europeus.

Sem procurar aprofundar-me em demasia na história da antropologia em Portugal podemos, contudo esboçar algumas reflexões sobre as relações entre a produção antropológica de Dias, em torno dos traços psicológicos do “povo português” e as conseqüências dessas teorias – de inspiração lusitanista e luso-tropicalista – na definição de um “Outro” durante o regime de Salazar. Em outros termos, queremos saber quais foram as incidências destas reflexões sistemáticas sobre a “identidade nacional” portuguesa nas populações indígenas colonizadas.

Segundo João Leal (2000: 83) a década de 1950 representa um ano de ruptura na obra de Jorge Dias. É justamente no ano de 1950 que ele inicia sua reflexão sobre a “psicologia do povo português” e escreve o ensaio mais importante e influente da história da disciplina em Portugal: “*Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*”²¹. Nesse ensaio, Jorge Dias procura caracterizar a cultura portuguesa a partir de um conjunto de traços psicológicos que definiriam as especificidades e a “essência” portuguesa. “*Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*” deve ser considerado como uma peça chave na interpretação dada por ele sobre o caráter homogêneo da identidade portuguesa (*ibid* : 84). Esse estudo representa a mais prematura expressão da influência culturalista em sua obra. Ainda que certas referências explícitas aos estudos sobre o caráter nacional desenvolvidos, sobretudo, por Ruth Benedict não estejam explicitamente visíveis, pode-se observar, no entanto, a utilização de conceitos puramente culturalistas como “personalidade de base” ou “fundamentos” da cultura portuguesa (*ibid.*).

Como já lembramos, a pesquisa antropológica sobre a “psicologia de base” e do “caráter nacional” português data do final do século XIX e explora o coletivo de um ponto de vista etno-genealógico caracterizado por uma essência que faz do lusitano um português. A disciplina antropológica teve como objetivo fundamentar a nação como uma comunidade étnica de descendência, baseando-se em antecedentes étnicos e argumentos de antiguidade e originalidade (Leal, 2001: 298).

Não obstante, podemos citar certos exemplos, que antes de Jorge Dias, delinearão uma estrutura da “psicologia étnica portuguesa”. As teses lusitanas traçam desde sua formulação inicial por Sarmiento Martins um horizonte onde a cultura popular seria o melhor referencial para confirmar a continuidade genética entre lusitanos e portugueses. Segundo

²¹ Esse ensaio foi apresentado pela primeira vez no Congresso Internacional de Estudos Luso-Brasileiros realizado em Washington (EUA). Porém esse texto foi publicado pela primeira vez em 1953.

Leal, Sarmiento recorria às tradições populares sobre os mouros como “*uma espécie de memória popular dos antecedentes étnicos lusitanos de Portugal*” (2001: 299, tradução do autor). Essas hipóteses (que no futuro serão retomadas por outros intelectuais) tiveram um eco limitado na antropologia em Portugal dos anos 70 e 80 do século XIX. No entanto, foi Mendes Corrêa quem desempenhou um papel decisivo sobre o desenvolvimento das teses luistanistas. Foi ele quem, influenciado pela antropologia física e criminal, contribuiu para delinear para fora das fronteiras europeias uma imagem totalizante e homogênea dos povos que habitavam os territórios colonizados pelos portugueses (Ribeiro Thomaz, 2002: 107). Em seu livro *Raças do Império*, de 1945, Mendes Corrêa sintetiza um conjunto de aspectos: que vão da composição racial aos costumes exóticos de cada grupo étnico que vive na metrópole e nas colônias. Segundo Ribeiro Thomaz,

Trata-se de uma obra, ao mesmo tempo, ‘científica’ e de divulgação, ricamente ilustrada com fotografias e desenhos; da sua leitura saímos com a nítida sensação de apreender o império na totalidade dos tipos humanos que o compõem: o império não se traduz apenas em uma entidade política, mas em um todo orgânico e solidário, que a diversidade racial e cultural revela e ilumina (2001: 107).

Pode-se observar claramente no trabalho de Mendes Corrêa uma vontade de vincular aspectos biológicos e hereditários de cada grupo humano assim como comportamentos psico-sociais que foram muito apreciados nos meios culturais e científicos do Estado Novo.

Não obstante, percebe-se claramente que durante os primeiros anos da década de 1950 o “dossiê” lusitano passa por uma grande renovação devido ao ensaio de Dias sobre “*Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*”. Por um lado, o caráter contraditório da personalidade portuguesa é explicado pelo resultado etno-genealógico plural existente em Portugal, no qual os lusitanos ocupariam um lugar de destaque (Leal, 2001: 305). Por outro lado, Dias busca capturar o conteúdo espiritual da cultura portuguesa e assim, retém os aspectos da “personalidade de base da nação” (Leal, 2000: 96).

Para encontrar o conteúdo unitário e espiritual da cultura portuguesa, Dias analisa dois aspectos paradigmáticos que abordaremos em seguida. Por um lado, o caráter “essencialmente expansivo” da tradição lusitana e por outro lado, a complexidade psico-social da personalidade portuguesa. Segundo Jorge Dias (1961a: 102),

A cultura portuguesa tem caráter essencialmente expansivo, determinado em parte por uma situação geográfica que lhe conferiu a missão de estreitar os laços entre os continentes e os homens [...]. Porém, a expansão portuguesa, ao contrário da espanhola, é mais marítima e exploradora do que conquistadora [...]. A força atractiva do Atlântico, esse grande mar povoado de tempestades e mistérios, foi a alma da Nação e foi com ele que se escreveu a história de Portugal.

Por outro lado, o segundo elemento característico da identidade portuguesa estaria ligado à complexidade psicológica da personalidade lusitana. Segundo Dias, “*a personalidade do psicossocial do povo português é complexa e envolve antinomias profundas, que se podem talvez explicar pelas diferentes tendências das populações que formaram o País*” (Dias, 1961a in Leal, 2000: 96).

É justamente, através das teorias lusitanistas e luso-tropicalistas²², que Dias estrutura sua reflexão sobre a identidade portuguesa e define uma personalidade de base baseando-se em contradições próprias. Desse modo, constitui um saber sobre a identidade portuguesa que explica “geneticamente” a presença portuguesa nos territórios ultramarinos. Seria interessante analisar mais profundamente o contexto no qual a teoria luso-tropicalista foi elaborada pelo sociólogo Gilberto Freyre e de qual maneira ela migrou em direção ao Portugal dos anos 1930, sendo em seguida reapropriada pelo campo intelectual e usada como discurso ideológico sobre a “maneira portuguesa de estar no mundo” (Castelo, 1998). Essa teoria - elaborada a partir de pressupostos históricos e historicistas - forneceu subsídios acadêmicos e serviu aos interesses políticos e ideológicos do Estado Novo na tentativa de perpetuar uma genealogia mítica e passiva da identidade portuguesa através do mundo. Pode-se concluir que legitimadas pelo campo da ciência, as teorias luso-tropicalistas influenciaram, além do campo político e cultural, muitos outros domínios da vida social.

A primeira contradição da personalidade portuguesa vem do fato de que o português é um “*misto de sonhador e de homem de acção, ou, melhor, é um sonhador activo, a que não falta certo fundo prático e realista*” (Leal, 2000: 96). A segunda contradição, que me parece a mais interessante se a inserimos dentro do contexto colonial, vem do fato que Dias evoca certa bondade intrínseca do português. “*Para o português o coração é a medida de todas as coisas*» (ibid.). Os portugueses baseando-se unicamente nos “princípios fundamentais” do cristianismo apresentam um fundo humano e tranqüilo.

A religiosidade apresenta o mesmo fundo humano peculiar, ao português. Não tem o carácter abstracto, místico ou trágico, o próprio da espanhola, mas possui uma forte crença no milagre e nas suas soluções milagrosas. Pode-se dizer que o povo português assimilou do cristianismo os seus princípios fundamentais, aqueles que menos elaborados pela teologia dos doutores representava a própria essência da religião de Cristo. A concepção de vida comunitária e os princípios morais cristãos interpretavam-se, formando um todo harmonioso, que ainda não se perdeu inteiramente (Dias, 1958:62).

²² Para uma discussão sobre o dossiê lusitanista e sobre o luso-tropicalismo ver João Leal, 2001 e Claudia Castelo, 1998.

Delineado o caráter português, Dias esboça uma capacidade adaptativa que faz do português um “indivíduo coletivo” que mantém uma atitude de tolerância face às populações colonizadas. A assimilação das populações indígenas se traduz para Dias como um processo baseado sobre a adaptação e não sobre um processo de dominação.

Há no português enorme capacidade de adaptação a todas as coisas, idéias e seres, sem que isso implique perda de caráter. Foi esta faceta que lhe permitiu manter sempre a atitude de tolerância e que imprimiu à colonização portuguesa, em certas épocas, o caráter inconfundível de assimilação por adaptação (ibid).

Jorge Dias, revertendo o conceito de raça para o de cultura, esforçou-se ao longo de sua carreira em delinear o caráter psicológico do povo português e sua atitude tolerante e compreensiva para com os territórios coloniais. Para Dias a mestiçagem se fez automaticamente.

A partir da obra de Jorge Dias podemos abordar como a preocupação lusitanista teve conseqüências práticas sobre “Outros”. Mesmo se está claro que Jorge Dias não colaborou diretamente a serviço da política colonial do Estado Novo, podemos, no entanto, desprender que a pressão exercida pelo governo de Salazar forçava Dias a restringir sua visão política (West, 2004). Deste modo, podemos analisar como sua obra foi reutilizada pelo Estado e como as noções de nação e de império foram pensadas em termos equivalentes. Mario Moutinho (1982), ao analisar as relações entre o saber antropológico e o colonialismo português, mostrou de que maneira a teoria antropológica legitimou a política colonial tanto na metrópole quanto nas colônias. Esse processo de legitimação passou antes de tudo por uma perspectiva ideológica que forneceu subsídios tanto práticos quanto teóricos, baseando-se na racionalidade da ação do Estado. A obra de Jorge Dias é interessante de ser analisada como “objeto etnográfico”, pois, ela é capaz de relacionar fins políticos a teorias antropológicas, historicamente e socialmente reconhecidas.

Seguindo esta perspectiva, me proponho nesta última parte analisar de que forma o saber conhece um movimento duplo quando inserido num universo político. Ao invés de denunciar simplesmente o papel da antropologia durante o regime autoritário português, prefiro focar-me sobre a maneira pela qual a produção de saberes cria certas condições de dominação.

Considerações finais:

Racionalidade administrativa, racionalidade científica: instrumentalização e legitimação²³

O debate sobre as relações entre poder e saber, racionalidade científica e racionalidade administrativa estão na base da conclusão desta análise. Tentarei afastar-me de uma perspectiva denunciadora da disciplina. Se recusarmos os princípios simétricos da denuncia e da negação, resta-nos refletir sobre as convergências e aproximações possíveis entre saber e poder (L'Estoile, 2002:64).

A maioria dos trabalhos que tratam das relações entre as ciências sociais e a formação dos Estados Nacionais terminam muitas vezes naturalizando e aceitando a separação nítida entre esses dois campos e admitem essa distinção espontaneamente. Mesmo se em algumas situações abandonamos essa oposição, ela sempre termina por encontrar seu equilíbrio próprio e sua autonomia natural. Porém, se como Weber e Foucault, consideramos o Estado como um espaço socialmente habitado por grupos, que mantêm relações de concorrência e de competição, que elaboram políticas visando a solucionar “problemas sociais”, podemos contextualizar qual é o lugar da antropologia nesse espaço de redes. Seguindo a análise das imbricações entre esses dois universos, fica claro que a separação entre esses dois campos é arbitrária e forjada a partir de crenças que não seguem práticas historicamente observadas. Ao questionar a idéia de que os “intelectuais” estariam *a priori* externos ao campo político, tentei neste trabalho, justamente, refletir sobre as tensões existentes entre esses dois campos, inseridos num espaço de luta e de definição de políticas públicas e administrativas (L'Estoile e *al.*, 2002:18).

Segundo L'Estoile, a análise das analogias entre racionalidade científica e racionalidade administrativa encontra instrumentos pertinentes na obra de Max Weber e principalmente na sua análise sobre a “dominação racional”. Weber inova ao introduzir o pressuposto que a dominação não é determinada por critérios da dominação, mas ao contrário, por princípios de legitimidade reivindicados pela dominação. Ou seja, a tipologia de Weber procura na dominação burocrática moderna o princípio racional que a determina. Pode-se dizer que a dominação racional racionaliza os métodos de dominação ao inserir o saber num campo considerado como “científico”, “neutro” e “desinteressado” (*op.cit.*).

Esta “vontade de saber”, inscrita nas exigências administrativas, aparece como uma das características da dominação. Assim, a dominação racional está arraigada simultaneamente a um fenômeno de racionalização e a um processo de especialização, todos dois, enraizados no saber.

²³ Ver Benoît de l'Estoile, 2002, p : 61-93.

O caráter racional da dominação passa então a ser visto como um aspecto positivo que o distingue de outras formas, “irracionais”, de dominação (carismática e tradicional). A “crença” consolida a análise de Weber, a partir do momento em que ele deixa claro que as três formas de dominação legitimam-se a partir de um sistema complexo de “crenças”. Para resumir podemos dizer que a dominação racional crê na razão (*ibid.*: 65).

Prolongando a análise weberiana podemos afirmar que o Estado Moderno caracteriza-se pela reivindicação permanente da racionalidade onde a ciência aparece como o lugar próprio da racionalização e do progresso. A ciência se transforma num elemento que legitima o poder do Estado e afasta a possibilidade de legitimação religiosa. É na ciência que o Estado encontra fundamentos para postular a prática da ordem social.

É importante acentuar o fato de que as formulações que opõe o “Estado” da “Ciência” remetem a uma distinção atemporal de exterioridade. Porém, Weber insiste sobre o fato de não excluir o papel dos agentes do Estado que legitimam suas práticas pela racionalização crescente no trabalho. Segundo L’Estoile, ao invés de pensar essas duas categorias de maneira oposta é mais fecundo:

*Conceber o estado como um espaço de concorrência entre grupos interdependentes, no qual ‘especialista do saber’ (que podem ser ou não agentes do estado) intervêm ao mesmo tempo como competidores e potenciais aliados. Da mesma maneira, o termo ‘ciência’ não remeteria a uma definição imutável, mas ao conjunto de práticas reconhecidas, em um dado momento, como ‘científicas’, e cujas fronteiras constituem objeto de disputa (*ibid.* 66).*

Max Weber nos propõe uma leitura muito fina da dominação racional, pois ela possibilita que pensemos por um lado as “formas de racionalização” da dominação e por outro lado os “princípios de legitimação” reivindicados por esta forma de dominação.

No exemplo que estudamos neste trabalho, ou seja, a construção do saber antropológico em Portugal, esta análise se demonstra pertinente. Ela permite que não nos interroguemos unicamente quanto ao caráter instrumental ou utilitário da ciência. Ao contrário, podemos analisar de que forma o saber é duplamente mobilizado pelo governo português. Ao invés de considerar Jorge Dias, seja como um intelectual ao serviço do Estado, seja como um intelectual autônomo em relação ao poder, procurou-se mostrar, seguindo Weber, que a realidade é mais complexa e que temos que considerá-lo como um personagem que faz parte de um espaço social determinado por tensões e interesses políticos e acadêmicos distintos. O uso do conceito de legitimação nos afastou de uma análise utilitária, que considera o saber como mais um instrumento a serviço do Estado e, por conseguinte, considerar unicamente a reutilização política do trabalho científico de Dias. As duas dimensões da dominação racional (legitimação e instrumentação) não são realidades

exclusivas, mas ao contrário, “possíveis” que se situam dentro das fronteiras contemporâneas do colonialismo (*ibid.*: 66). É a partir de um contexto colonial e autoritário, como o Estado Novo, onde as noções de nação e império se superpõem que podemos refletir sobre a estratigrafia múltipla do saber. Neste caso, foi preferível analisar as dinâmicas da dominação racional que por um lado instrumentaliza os saberes e que por outro lado legitima as práticas de dominação a partir de princípios “racionais”.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, H. *As Origens dos Totalitarismos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1980.
- CARVALHO C.I.; PINA, CABRAL J. (Org.). *A Persistência da História. Passado e Contemporaneidade em África*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004.
- CASTELO C.I. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Ed. Afrontamento, 1998.
- DIAS, J. *Estudos sobre o caráter nacional Português*. Lisboa: Junta de Investigações de Ultramar, 1953.
- _____. « Contatos de Cultura ». In: *Colóquios de política ultramarina internacionalmente relevante*. Lisboa: Junta de Investigações Ultramarina, 1958.
- _____. “Os elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa”. In: *Ensaio Etnológicos*, vol. 52. Lisboa: Junta de Investigações de Ultramar, 1961a.
- _____. “A Expansão Ultramarina Portuguesa à Luz da Moderna Antropologia”. In: *Ensaio Etnológicos*, vol. 52. Lisboa: Junta de Investigações de Ultramar, 1961 b.
- _____. “O que se entende por antropologia cultural”. In: *Ensaio Etnológicos*, vol. 52, Lisboa: Junta de Investigações de Ultramar, 1961 c.
- _____. *Os Macondes de Moçambique. Vol. I: Aspectos históricos e econômicos*, Lisboa: Junta de Investigações de Ultramar, 1964/1970.
- DURO DOS SANTOS G. *A Escola de Antropologia de Coimbra 1885-1950*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2005. Coleção Breve.
- FOUCAULT M. « La gouvernementalité » in *Dits et Ecrits*. vol. III, n°239, p : 635-637. Paris, Gallimard, 1996.
- GALLO D. *O saber Português: Antropologia e Colonialismo*. Lisboa: Heptágono, 1988.
- LEAL J. “Jorge Dias: Os Macondes de Moçambique”. In: *Etnográfica. Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, vol. 1. 1999 a.

_____. *Psicologia Étnica e Identidade Nacional em Portugal: História e Permanência de um Tema*. Arrabida, Mimeo, 1999 b.

_____. *Etnografias Portuguesas (1870-1970): cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Dom Quixote, 2000.

_____. “Las tesis lusitanistas: arqueología y antropología en Portugal”. In: *Complutum*, vol. 12, Madrid, 2001.

LEIRIS M. « L’ethnologue devant le colonialisme ». In: *Cinq études d’ethnologie*. Paris: Gallimard, 1951.

L’ESTOILE, B. ; NEIBURG, F. ; SIGAUD L. *Antropologia, impérios e estados nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumara; Faperj, 2002.

L’ESTOILE B. *Ciência do homem e ‘dominação racional’: saber etnológico e política indígena na África colonial francesa*. In: L’Estoile, Neiburg et Sigaud. *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumara; Faperj, 2002.

MAINO E. “Pour une généalogie de l’africanisme portugais”. In: *Cahiers d’Etudes Africaines*, Paris: EHESS, 2005.

MARGARIDO, A. « Le colonialisme portugais et l’anthropologie ». In: J. Copans, *Anthropologie et Impérialisme*. Paris: François Maspero, 1975.

MOUTINHO M. “O Fascismo em Portugal”. In: *Actas do Colóquio realizado na Faculdade de letras de Lisboa em Março de 1980*. Lisboa: Regras do Jogo, 1982.

_____. *O Indígena no Pensamento Colonial Português*. Lisboa: Ed. Universitárias Lusófonas, 2000.

PELISSIER R. « Institutions Africanistes Portugaises ». In: *Le Naufrage des Caravelles : études sur la fin de l’empire portugais (1961-1975)*. Paris: Ed. Pelissier, 1979.

PEREIRA R. *Antropologia Aplicada na Política Colonial Portuguesa*. 1988. [...]. Dissertação de Mestrado, faculdade de Filosofia e Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa.

_____. “Introdução à Reedição de 1998”. In: Jorge Dias. *Os Macondos de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Tropical, 1998.

PINA CABRAL, João de. *Os Contextos da Antropologia*. Lisboa: Difel, 1991.

RIBEIRO THOMAZ O. “O Bom Povo Português, antropologia da nação e antropologia do império”. In: L’Estoile, Sigaud, Neiburg. *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro, Relume Dumara, 2002.

_____. “Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa”. In: Cristiana Bastos, Miguel Vale de Almeida et Bela Feldman-Bianco., *Trânsitos coloniais: diálogos luso-brasileiros*. Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, 1998.

ROSAS F. *História de Portugal*. (vol. 7- O Estado Novo). Lisboa: Estampa, 1994.

SAID E. *L'Orientalisme. L'Orient crée par l'Occident*. Paris: Le Seuil, 1997.

STOCKING, G. W. "Afterword: a View from the Center". *Ethnos* 47(1), 1982. pp.173-186.

WEBER M. *Economie et Société*. Paris: Plon, 1971.

WEST, G. H. « Inventing the Camel's Hump. Jorge Dias, His Wife, Their Interpreter and I » in Handler Richard (Org). *Significant Others. Interpersonal and Professional Commitments in Anthropology*. vol. 10. Minnessota, The University of Wiscosin Press, 2004.

Recebido em: 09/01/2008

Aprovado em: 01/08/2008